

O silêncio sobre abuso sexual infantil

concepções e prevenções no âmbito familiar

Amanda Prachthäuser Rodrigues
Brigida Nogueira Ferreira
Jenifer Bianca de Barros
Rubia Gabriela Pedroso
Yahana Barros
Allan Henrique Gomes
Mariana Datria Schulze

Resumo

O abuso sexual contra crianças ocorre em todo o mundo e em todas as classes sociais, deixando inúmeras vítimas com consequências que são prejudiciais para o seu desenvolvimento. Por meio do método de campo qualitativo, buscou-se verificar a concepção de cuidadores familiares acerca do abuso sexual infantil e as respectivas estratégias de prevenção que usam com seus filhos. Os resultados desta pesquisa indicam que esses cuidadores possuem informações equivocadas sobre a realidade do abuso sexual infantil, muitas práticas consideradas formas de abuso não foram indicadas pelos participantes. Outro ponto a se destacar é que as próprias experiências pessoais referentes a situações de abuso sexual e tabus interferem na forma como esses cuidadores abordam ou não o assunto com seus filhos. Dessa forma enfatiza-se a relevância de ampliar a discussão deste assunto, como também oferecer aos cuidadores materiais para ajudá-los a lidar e tratar sobre estas questões visando proteger seus filhos.

Palavras-chave: Abuso sexual infantil, prevenção, cuidadores e crianças.

Introdução

O abuso sexual infantil ocorre em todo o mundo e independe do poder aquisitivo, fazendo-se necessário discutir sobre este assunto. De acordo com Faleiros (2000, *apud* Liborio e Camargo, s.d), a violência sexual contra crianças e adolescentes sempre se manifestou em todas as classes sociais de forma articulada ao nível de desenvolvimento civilizatório da sociedade, relacionando-se com a concepção de sexualidade humana, compreensão sobre as relações de gênero, posição da criança e o papel das famílias no interior das estruturas sociais e familiares.

O abuso sexual caracteriza-se por atos praticados com finalidade sexual que, por serem lesivos ao corpo e ao psicológico da criança violada, desrespeitam os direitos e as garantias individuais como liberdade, respeito e dignidade (FLORENTINO, 2015). O abuso sexual é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto, ou outra criança que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (OMS, 1999, p.7 *apud* Neves et al. 2010).

Existe uma alta predominância de dificuldade que a família e a sociedade ainda apresentam para denunciar situações de suspeita ou confirmação de abuso sexual contra crianças e adolescentes aos órgãos de proteção (HABIGZANG et al, 2005). O trabalho de atendimento à família, vítimas e agressores é fundamental. Devido à enorme carga de ansiedade mobilizada nessas situações, frequentemente a família tenta fugir do atendimento, sendo, muitas vezes, necessário um apoio legal para mantê-la em acompanhamento (ARAÚJO, 2002).

Portanto, é relevante que os cuidadores estejam presentes e dialoguem sobre o assunto com os filhos, buscando uma linguagem simples, clara e de acordo com a faixa etária da criança como uma forma de prevenção primária. Neste artigo utilizaremos o termo *cuidadores* para referenciar pais, familiares e ou responsáveis por crianças. Sendo a família a primeira unidade social na qual o indivíduo se insere, ela se torna responsável tanto pelo processo de socialização quanto pela proteção de seus descendentes (STEINBERGS, 2000). Além disso, os cuidadores, juntamente com o Estado, têm a obrigação de promover a proteção dessas crianças.

Segundo o Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

Nessa perspectiva, o presente artigo possibilita a investigação acerca da concepção de cuidadores quanto ao abuso sexual infantil, quais estratégias de prevenção conhecidas e utilizadas por estes. Tendo por objetivo subsidiar um diálogo quanto as dificuldades encontradas por estes e, assim, explicar práticas para que os mesmos possam realizar ações de prevenções primárias efetivas em relação a seus filhos sobre o tema em questão. Para tal foram entrevistados seis cuidadores de crianças com a idade de quatro a seis anos que frequentam uma instituição de educação infantil pública localizada na região sul da cidade de Joinville (SC). Foram utilizados para produção das informações a aplicação de questionários e uma oficina para discussão e esclarecimento de conceitos e práticas de prevenção.

O presente artigo visa discorrer sobre a concepção dos cuidadores acerca do abuso sexual infantil e as estratégias de prevenção utilizados para aumentar a proteção de seus filhos. Optou-se pelo método de pesquisa qualitativa por fornecer, segundo Gaskell (2002, *apud* Câmara, 2013), dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação.

Para a coleta de dados foram aplicados questionários contendo perguntas fechadas e abertas com cuidadores de crianças matriculadas em um Centro de Educação Infantil (CEI) localizado na cidade de Joinville. Além do questionário, foi realizada com os participantes uma oficina para que fossem apresentados alguns dados estatísticos quanto ao abuso sexual infantil e também as diferentes formas de abuso existentes e, com isso, instruir os cuidadores quanto aos métodos de prevenção.

O convite para a participação da pesquisa foi enviado na agenda das crianças, e os interessados deveriam realizar a inscrição pelo mesmo convite enviado na agenda. Como critério de seleção, foram determinados que estes participantes deveriam residir em Joinville e ter os filhos na faixa etária entre quatro e seis anos matriculados neste CEI. O critério de seleção com relação a idade dos filhos dos participantes da pesquisa, elegeu-se baseado no intuito de prevenir o abuso sexual infantil precocemente, pois segundo Habigzang et al (p. 347, 2005), a maior incidência desta forma de violência ocorreu quando as vítimas eram crianças (cinco a dez anos) e a revelação ocorreu, na maioria dos casos, apenas na adolescência.

As informações foram apuradas na própria instituição, tendo uma amostra de seis cuidadores, sendo eles: quatro mães, um pai, e uma avó materna. Nos questionários, os participantes informaram os gêneros de cinco crianças/filhos, sendo quatro delas do sexo masculino e uma do sexo feminino. Todos os respondentes também participaram da oficina realizada posteriormente à aplicação dos questionários. A oficina foi desenvolvida com o uso de uma apresentação em slides baseada no livro “Pipo e Fifi - Prevenção de Abuso

Sexual Infantil”¹, da autora Caroline Arcari. As discussões acerca das respostas dos questionários e as percepções sobre a oficina, foram tratadas na análise.

Ao final da oficina cada participante recebeu um exemplar do livro “Pipo e Fifi – Prevenção de Abuso Sexual Infantil” que continha um tabuleiro com um jogo cujo principal objetivo é facilitar o diálogo dos cuidadores para com as crianças, através do lúdico, abordando a prevenção do abuso sexual infantil, com conteúdo simples e próprio para a linguagem das crianças.

A análise dos dados foi realizada por meio do método de análise de conteúdo, segundo Bardin (2011 *apud* Câmara, 2013). O termo análise de conteúdo designa: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para realizar a análise, os dados foram divididos em três etapas. Inicialmente ocorreu a organização das informações produzidas, na sequência foi realizado o agrupamento das respostas dos questionários em tabelas para melhor visualização e ordenação das informações obtidas, foram utilizados os diários de campo produzidos pelas pesquisadoras durante a aplicação da oficina com os participantes, sendo eles lidos e analisados a fim de identificar proximidades, dissonâncias e hiatos encontrados nas percepções das pesquisadoras bem como na fala dos participantes.

Posteriormente identificaram-se as unidades de codificação que foram organizados os blocos, a fim de obter três grandes eixos de discussão para responder os objetivos e hipóteses da pesquisa. Ao final, os dados relevantes foram inferidos e fundamentados com literaturas externas, retiradas de bancos de dados de artigos científicos reconhecidos no meio acadêmico.

“É covardia”: a família e sua percepção de abuso sexual infantil

O abuso sexual é um fenômeno complexo e difícil de enfrentar por parte de todos os envolvidos. É difícil para a criança e para a família, pois a denúncia do segredo explicita a violência que ocorre dentro da própria família (ARAÚJO, 2002). Cada família tem a sua concepção de abuso sexual infantil, que, em suas visões, pode ou não configurar uma violência sexual. Uma concepção clara do que caracteriza ou não abuso sexual é de extrema relevância, pois tal concepção pode significar proteção ou exposição de uma criança vulnerável. Durante a pesquisa recebemos cuidadores receosos, porém interessados, que demonstraram preocupação quanto aos conteúdos que seriam abordados.

1. O livro Pipo e Fifi é uma ferramenta de proteção, que explica às crianças a partir de 4 anos conceitos básicos sobre o corpo, sentimentos, convivência e trocas afetivas.

Através dos questionários, os conceitos mais primários começaram a ser delimitados, os participantes discorreram sobre o que sabiam, pensavam e entendiam a respeito do abuso sexual infantil e elencaram as práticas mais conhecida por eles. Mãe 5 respondeu: “Algum ato de sexualidade com a criança ou em frente dele”. A participante Avó 1 traz: “Erotismo precoce como dança erótica; apresentação de cenas inadequadas”. Para Mãe 3: “Todo assunto, ou ato ou fotos e imagens de adultos se relacionando e adultos ou até mesmo crianças mostrando e mexendo nas partes íntimas uns dos outros sem consentimento e principalmente nas crianças que não sabem o que é”.

Durante toda a discussão os participantes apresentaram uma compreensão conceitual pouco clara e definida de abuso sexual infantil, caracterizando o abuso somente com menções a toques indevidos nas partes íntimas, incentivos a criança tocar suas partes íntimas, contato sexual com crianças e o estupro ou o “ato em si” utilizado na fala dos pais como o mais grave de todos os abusos que a criança pode sofrer, conforme observado na fala da participante Mãe 3: “E o mais terrível o ‘ato em si’ que agride, além da mente, o corpo”. Outros dois participantes expressaram a sua concepção de abuso como sendo “crime hediondo” (Pai 1) e como respondido pela Avó 1, “uma covardia, que acaba com a infância de uma criança”. A fala é bem carregada de emoção, e todos os participantes trouxera a concepção de que a infância é destruída com o abuso.

Analisando as falas dos participantes e as discussões produzidas na oficina podemos observar que muitos encontraram dificuldades em expressar sua opinião, em formular um conceito, aparentando incômodo em falar sobre as práticas. A dificuldade de tratar sobre esse assunto pode estar ligada ao tabu que circunda o tema sexualidade como também ao desafio em confrontarem-se com situações que vivenciaram em sua própria infância. Durante toda produção do material encontramos autores que dialogam com os conceitos de abuso sexual, que são mais aprofundados em suas práticas do que o reconhecido pela maioria das pessoas, o que torna a problemática mais complexa. Quanto a definição de abuso sexual infantil Azevedo e Guerra, (1989) explanam:

Esta forma de violência pode ser definida como qualquer contato ou interação entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio psicosssexual mais avançado do desenvolvimento, na qual a criança ou adolescente estiver sendo usado para estimulação sexual do perpetrador. A interação sexual pode incluir toques, carícias, sexo oral ou relações com penetração (digital, genital ou anal). O abuso sexual também inclui situações nas quais não há contato físico, tais como voyeurismo, assédio e exibicionismo. Estas interações sexuais são impostas às crianças ou aos adolescentes pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade.

O abuso sexual pode ser também caracterizado por uma progressão ascendente que inicia quando a criança é ainda muito pequena [...] através de carícias mais sutis e torna-se mais explícito à medida que a criança cresce, ocorrendo a manipulação de genitais até relações sexuais orais ou genitais, frequentemente na adolescência. Os abusos são mantidos em segredo, devido às ameaças e barganhas do abusador e aos sentimentos de vergonha e medo da vítima (FURNISS, 1993 *apud* HABIGZANG et al, 2005). Hoje esta forma de violência é considerada um grave problema de saúde pública, devido aos altos índices de incidência e às sérias consequências para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima e de sua família (HABIGZANG et al, 2005).

A pouca clareza dos cuidadores quanto as práticas do abuso sexual podem expor ainda mais as crianças ao risco de sofrer várias outras formas de violências, conforme explana Delanez (2012), que classifica a violência em negligência, violência física, sexual e/ou psicológica. Porém, não há como elencá-las por gravidade uma vez que todas são muito graves e perpetuam seus efeitos na vida das crianças.

O olhar atento dos cuidadores para possíveis situações de risco como também a pessoas e comportamentos suspeitos que podem provocar danos às crianças é um tipo de intervenção de proteção efetiva. Na fala dos cuidadores conseguimos identificar algumas práticas consideradas de prevenção conhecidas e/ou utilizadas pelos participantes. “Estar sempre atenta ao uso da internet, conversas e possíveis mudanças de comportamento. Procuo observar as pessoas do meio em que a criança vive e como se comporta. Evito estranhos no convívio” (Avó 1). Já o Pai 1 relata: “Todos os dias falo com os meus filhos sobre não falar com estranhos não aceitar nada de quem você não conhece”. Apesar de ser um pouco superficial, essa forma de prevenção é válida, porém precisa ser aliada a outras estratégias para que a criança receba proteção efetiva. A importância de reafirmar com os pais os conceitos do abuso sexual infantil, suas diversas práticas e as estratégias de aliciamento de crianças, além de oferecer ferramentas práticas para abordarem seus filhos a fim de orientá-los é uma ótima ferramenta de prevenção. Cuidadores bem instruídos são mais atentos e responsáveis em elevar o índice de autoproteção dos filhos.

“Nunca soube de nada”: a discrepância entre fatos conhecidos e dados estatísticos

Os números de casos de abuso sexual infantil são impressionantes em sua magnitude. Um levantamento feito na Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Joinville e região aponta que, entre agosto de 2012 a abril de 2015, foram registrados mais de 570 casos em que crianças e adolescentes com idade de zero a 12 anos foram abusados sexualmente (ALVES, 2015). Segundo alguns órgãos essas denúncias correspondem a 10% dos casos, chegan-

do a mais de 50 casos por dia no Brasil. A pesquisa aponta que a maioria dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes ocorre dentro das casas da vítima e sendo eles intrafamiliar, sendo que o pai biológico ou padrasto os principais perpetradores dessa violência. Meninas são mais suscetíveis a sofrerem abuso, principalmente entre os abusos incestuosos. A idade de início dos abusos é precoce na maioria dos casos, ocorrendo entre os cinco e os oito anos de idade. A mãe é a pessoa mais procurada na solicitação de ajuda e a maioria dos casos é revelada pelo menos um ano depois do início do abuso sexual (OLIVEIRA et al, 1999 apud HABIGZANG et. al, 2005).

Segundo Araújo (2002), os meninos também são vítimas de abuso sexual, e geralmente são abusados por adultos não parentes. Esses dados nos mostram que, além de uma questão de vulnerabilidade relacionada à faixa etária, a questão de gênero é algo acentuadamente importante ao se discutir abuso sexual infantil e estratégias de prevenção.

Ao serem questionados se tiveram conhecimento de algum caso de abuso sexual infantil em sua comunidade, dois dos cuidadores relataram não ter conhecimento de nenhum caso, e, em um primeiro momento, nenhum dos participantes relatou ter conhecimento de casos em sua própria família, parentes, vizinhos ou comunidade mais próxima. Porém, no decorrer das discussões entram em contradição relatando que já ficaram sabendo de casos na escola ou outro espaço que frequentam, e duas participantes trouxeram experiências que vivenciaram em sua própria infância, se percebendo como vítimas. Tal postura dos participantes denota o quanto esse tema é silenciado e não comentado ou admitido perpetuando assim um tabu.

Talvez essa contradição demonstre que existe um certo receio/bloqueio de trazer essas informações para discussão/análise. O silêncio aqui fica destacado também, pois admitir a existência de violência em sua convivência ou comunidade os tornam corresponsáveis de tal violência. Tendo em vista que o Estatuto da Criança e Adolescente deixa claro que a proteção da criança é dever da família, do estado e da comunidade. Durante a oficina, os participantes se demonstravam evasivos quando os conceitos de abuso sexual, suas causas, perfil dos abusadores e o papel dos cuidadores nesse contexto quando tais assuntos eram aprofundados. Quando expostos dados estatísticos claros sobre a realidade que envolve essa violência, e que o lar é um dos locais onde as crianças são mais vitimadas, os participantes direcionaram a responsabilidade desses eventos a más influências, amigos e negligência de pais. Tendiam ainda a se desviar do assunto ao trazer outras pautas para o debate. O receio da temática demonstrada pelos cuidadores não fala apenas do seu desamparo para a proteção de seus filhos, mas também a sua própria história de infância que, segundo citado por eles, foi atravessada

por essas e outras formas de violência. Um olhar compreensivo e empático se faz necessário para amparar esses cuidadores em sua forma subjetiva de lidar com essa violência e auxiliá-los a modificar o padrão de silêncio há muito estabelecido, visando a segurança de seus filhos.

“Eu achei que era culpa minha”: abuso sexual infantil e os efeitos da experiência

Os impactos de um abuso sexual na criança podem gerar diversas questões emocionais, sociais, físicas e no desenvolvimento da vítima. De acordo com Araújo (2002), o abuso sexual infantil é um problema que envolve questões legais de proteção à criança e punição do agressor, e também terapêuticas de atenção à saúde física e mental da criança, tendo em vista as consequências psicológicas decorrentes da situação de abuso.

No decorrer da oficina alguns dos participantes relataram lembranças e sentimentos sobre situações de abuso que ocorreram em sua infância. A partir disso, eles deram depoimentos sobre casos que aconteceram quando eram pequenos e/ou que presenciaram situações que colocam em riscos outras crianças. Foi a partir da oficina que esses cuidadores perceberam que sofreram abuso de alguma forma, após compreenderem as diversas práticas que o abuso sexual envolve, ampliaram seu conceito, que anteriormente estava mais vinculado a toques agressivos e a penetração. Cordeiro (2006, p. 16), ao explicar as práticas de abuso, afirma que este pode acontecer com toque físico (beijos, carícias, penetração digital, penetração com objetos, sexo oral, anal, vaginal) ou sem qualquer tipo de contato físico (assédio, cantadas obscenas, exibicionismo, voyeurismo, participação em fotos pornográficas).

As vivências dos cuidadores influenciam a forma que pensam sobre o assunto, refletindo assim nas práticas de prevenção utilizadas e passadas por eles às crianças. Durante a oficina dialogamos sobre situações que são algumas vezes habituais, porém são caracterizadas como abuso, e os cuidadores não se dão conta das consequências que pode gerar para as crianças. Como foi reafirmado pelo questionário aplicado, na questão “O que você considera como abuso sexual?”, a Mãe 3 respondeu: “Todos os itens, menos ter relações sexuais no mesmo ambiente que a criança está dormindo e fala maliciosa ou de conteúdo sexual”. Desta forma, se fez necessário abordar sobre essas práticas com os cuidadores. Sobre a criança dormir no mesmo ambiente no qual os pais têm relação sexual, a participante Avó 1 relatou que em “alguns casos as crianças que dormem com os pais, elas fingem que estão dormindo – e, às vezes, não estão –, e os pais fazem as coisas. Uma vez eu estava dormindo no quarto dos meus tios e eu acordei de noite e vi minha tia

nua em cima do meu tio e isso me traumatizou, me senti muito culpada. Isso ficou comigo por muito tempo, me senti muito mal e culpada”.

Alguns desses cuidadores relatam que passaram anos achando que eram culpados por situações que vivenciaram na infância. Sendo tal afirmação evidenciada na fala da Mãe 2: “Vi um homem tomando banho porque a porta estava aberta. Fiquei com muita vergonha e sai correndo de lá, me senti muito culpada por isso”. Neste momento a emoção da participante foi perceptível, seu rosto ficou vermelho e os olhos encheram de lágrimas. Conforme Furniss (1993 apud AMAZZARRY; KOLLER, 1998), sentimentos de vergonha e culpa são comuns entre crianças sexualmente abusadas, sendo um dos mais graves efeitos emocionais resultantes da interação abusiva, especialmente se essa foi incestuosa e durou por muito tempo.

Além do sentimento de culpa e de vergonha, o abuso sexual causa também outros efeitos psicológicos em adultos, crianças e adolescentes. Nos últimos dois grupos o abuso sexual pode afetar o desenvolvimento integral de diferentes formas, uma vez que algumas apresentam efeitos mínimos ou nenhum efeito aparente, enquanto outras desenvolvem graves problemas emocionais, sociais e/ou psicológicos (BERLINER; COHEN, 2000, *apud* HABIGZANG et al, 2005).

Esta experiência é considerada um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias, como quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares, dissociativos, hiperatividade e déficit de atenção, transtorno de personalidade borderline e, principalmente, o transtorno de estresse pós-traumático (SAYWITZ; COLS, 2000 apud HABIGZANG et al, 2005). Além disso, as vítimas se tornam propensas a apresentar crenças disfuncionais envolvendo sentimento de culpa, diferença em relação aos pares e desconfiança (COHEN; MAN-NARINO, 2000, apud HABIGZANG et al, 2005).

“Digo pra não deixar ninguém tocar lá em baixo”: O desamparo técnico de cuidadores quanto às estratégias de prevenção

Diante das inúmeras consequências adversas associadas à ocorrência do abuso sexual, do impacto que tem para suas vítimas e famílias, das dificuldades evidentes de serviços e da rede de proteção, da multigeracionalidade e da dificuldade de as vítimas iniciarem procedimentos de psicoterapia, torna-se fundamental que sejam executadas estratégias de prevenção de violência sexual infantil (PELISOLI; PIC-COLOTO, 2010, p. 114). Partindo deste pressuposto, correlacionando com a oficina foram evidenciadas falas que comprovaram a carência de se tratar sobre o abuso e, principalmente, sobre formas de prevenir com que isto ocorra com as crianças.

Especificamente para a prevenção do abuso sexual, tem-se alternativas de psicoeducação, conforme a revisão realizada por Gomes, Silva e Njaine (1999, *apud* PELISOLI; PICCOLOTO, 2010):

Como a veiculação de informações sobre o problema, reflexões sobre como prevenir a violência sexual contra grupos mais expostos, esclarecimento à população sobre a importância de a denúncia ser realizada logo após a agressão sexual, disseminação da ideia de que qualquer omissão de denúncia de maus-tratos a crianças e adolescentes é crime, aprimoramento do diagnóstico de abuso, utilização de exames para detectar e não apenas entrevistas; atividades que envolvam desenhos quando a vítima for criança e a observação das condutas do examinando, a reabilitação da vítima e tratamento multidisciplinar.

É demasiadamente importante que sejam tratados assuntos a respeito do abuso sexual infantil, pois nota-se um desamparo dos cuidadores a respeito deste tema, tendo em vista que é um assunto consideravelmente reconhecido em nossa sociedade como tabu. Segundo Bomfim (2009), no contexto familiar o tema sexualidade ainda se encontra imerso em tabus e princípios morais fortemente enraizados gerando problemas e/ou dificuldades para a ampliação de espaços de diálogo entre pais e filhos.

Por meio dos questionários pode-se observar que todos responderam acreditar que o abuso sexual possa ser prevenido. Das formas de prevenção apresentadas por eles, a maioria delas era voltada para a observação e diálogo. Conforme a Mãe 1: “Observação no tipo de relacionamento que os filhos possuem, assim como dos meios de comunicação e entretenimento que usam”. O diálogo e o debate do tema também foram apontados pelo Pai 1: “Conversando com as crianças, pais, professores, igreja, comunidade, debatendo sobre o assunto”; e pela Mãe 4: “Eu converso com o F. e explico que não pode deixar ninguém pegar nas partes íntimas dele, tirar a roupa, nem se aproximar de estranhos”. Os cuidadores compreendem o diálogo como uma boa ferramenta de prevenção a abusos, entretanto, afirmaram não ter o hábito de falar com seus filhos sobre o assunto regularmente. Ainda um dos participantes mencionou que não conhecia nenhuma estratégia de prevenção que poderia utilizar com seus filhos.

Abordar diretamente as crianças para falar sobre abuso sexual tem se mostrado um procedimento importante. A literatura já demonstrou que crianças que são orientadas visando a prevenção, apresentam maior conhecimento sobre abuso sexual do que aquelas que não são orientadas sobre a prevenção (PELISOLI; PICCOLOTO, 2010).

Os cuidadores têm dificuldades em trabalhar esse assunto com seus filhos e até mesmo entre si, como demonstrado na resposta da Avó 1: “Conversando, mas com dificuldade para falar a linguagem da criança e poder observar mais as pessoas que possam abusar, mas é difícil, até para falar sobre isso aqui”. A participante Mãe 4 relatou que sente dificuldade em falar sobre abuso sexual infantil com seus filhos pois, “a forma correta de falar sem que a criança se sinta chocada ou perca a inocência e para que ela consiga entender. Como falar pra ele que existe o risco de pessoas abusarem dele dessa forma né? É muito cruel essa realidade”.

O medo de que seus filhos/netos passem por uma situação de abuso sexual infantil é iminente, entretanto, os participantes possuem crenças enraizadas sobre sexo, considerando a prática como algo “feio”, “errado”. Nesse sentido, falar sobre sexualidade poderia sexualizar as crianças. Dentre as respostas obtidas, a Mãe 3 disse que “conversar com a criança sobre seu corpo e quais lugares que ela não deve deixar ninguém tocar, e sempre pedir ajuda”. Essa foi a participante que mais se aproximou da proposta e das diretrizes que a oficina percorreria.

Por meio da oficina e da discussão com os participantes foi possível instruir os participantes, de forma clara e simples sobre como abordar e tratar o assunto de abuso sexual infantil para com as crianças. As estratégias de prevenção abordadas foram: “dizer não”, “contar para alguém de confiança” / “procurando um adulto de confiança”, “diferenciar os tipos de toque como bom toque e mau toque”, “As partes do corpo”. Essas estratégias, aparentemente simples, aumentam significativamente a autoproteção das crianças. Utilizando materiais lúdicos e de acordo com a faixa etária, torna a conversa de cuidadores e crianças mais fácil e eficiente.

O abuso sexual infantil precisa ser discutido, desmistificado e enfrentado com estratégias de prevenção primárias. Os campos de discussão e proteção devem ser ampliados. Durante a pesquisa os cuidadores compreenderam a importância desses lugares de discussão com a criança. A escola é um desses campos, muitas das crianças abusadas são identificadas pelos seus professores.

No decorrer da oficina tiveram cuidadores que concordaram com a temática trazida, consentindo com algumas das propostas empregadas a fim de proteger seus filhos do abuso. Além da explanação acerca do livro “Pipo e Fifi”, foram apresentados e entregues a eles um tabuleiro com um jogo que visa a prevenção, além de outros materiais que os auxiliarão no momento do diálogo para com seus filhos sobre este tema.

Ao final da oficina, os participantes deram seu *feedback* quanto aos conteúdos trabalhados. Relataram que existe a necessidade da temática ser abordada em outros espaços, e a discussão ser ampliada para toda a comunidade. Relata-

ram que gostariam de participar de oficinas semelhantes. Ao serem indagados se após conhecerem os conteúdos, aceitariam que seus filhos fossem instruídos na escola sobre a temática, todos responderam que sim.

Diante do exposto, torna-se clara a necessidade de ações de intervenção junto aos pais e responsáveis para que o abuso sexual seja discutido e possa ser prevenido através do diálogo entre diferentes atores, além dos pais e responsáveis. Ressalta-se também a necessidade de ampliar as pesquisas sobre estratégias de prevenção primária ao abuso sexual infantil, bem como a produção de material didático para trabalhar com crianças e adolescentes de diversas faixas etárias.

Referências

ABROMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO/BID, 2002. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org>> Acesso em: 22 Nov. 2017.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual**. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. 1998, vol.11, n.3, pp.559-578.

ALVES, S. **A cada dois dias uma criança é vítima de abuso sexual na região de Joinville**. Jun. 2015. Disponível em: <<http://anoticia.clicrbs.com.br>>. Acesso em: 21 Nov. 2017.

ARAÚJO, M. D. F. **Violência e abuso sexual na família**. *Psicologia em Estudo*, [s.l.], v. 7, n. 2, p.3-11, dez. 2002.

BOMFIM, S. S. **Orientação sexual na escola: tabus e preconceitos, um desafio para a gestão**. 2009. Disponível em <http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-SANDRA-SOUZA-BOM_FIM.pdf> Acesso em: 22 Nov. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, De 13 De Julho De 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 22 Nov. 2017.

BRASIL. **GUIA ESCOLAR: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília: Secretaria Especial dos

Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004. 163 p.

CÂMARA, R. H. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 6 (2), jul. - dez, 2013,179-191

DELANEZ, G. O. **A Violência Intrafamiliar E Suas Consequências No Desenvolvimento Da Criança.** 2012. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br>> Acesso em: 22 Nov. 2017.

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015.

CORDEIRO, F. D. A. **Aprendendo a prevenir: orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes.** Brasília: Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude, 2006. Disponível em: <<http://www.mpdft.mp.br>> Acesso em: 12 Out. de 2017

HABIGZANG, L. F., et al. **Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, [s.l.], v. 21, n. 3, p.341-348, dez. 2005.

LIBORIO, R. M. C.; CAMARGO, L. D. S. **A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais da educação das escolas públicas municipais de presidente prudente.** Disponível em: <<http://www.mpggo.mp.br>> Acesso em: 17/07/17

NEVES, A. S.; et al. **Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares.** Temas psicol. [online]. 2010, vol.18, n.1, pp. 99-111. ISSN 1413-389X.

PELISOL, C.; PICCOLOTO, L. B. **Prevenção do abuso sexual infantil: estratégias cognitivo-comportamentais na escola, na família e na comunidade.** 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.>>. Acesso em: 13 out. 2017

SANCHÉZ, A. D. C. **Conhecimentos e atitudes dos pais, menores e professores em relação ao abuso sexual.** Análise Psicológica, [s.l.], v. 19, n. 2, p.253-259, 7 dez. 2012. ISPA - Instituto Universitário.

STEINBERG, L. **The family at adolescent: transition and transformation.**
Journal o Adolescent Health, 27, 170-178, 2000.

Sobre os autores

Amanda Prachthäuser Rodrigues. Psicóloga clínica na Apae de Joinville e na Clínica Fisioser, Graduada pela Univille, pós-graduação pela Unyleya em Psicologia do Trabalho. E-mail: psicologa.amandapr@gmail.com.
Jenifer Bianca Sombrio Barros. Monitora Colégio Bonja. Psicóloga (Univille). Graduada em Educação Inovadora. E-mail: jeniifer.bianca@gmail.com.

Brígida Nogueira Ferreira. Psicóloga (Univille), Pós Graduada em Direitos Humanos e Políticas Públicas das Infâncias e Juventudes (PUC PR), Psicopedagogia Clínica e Institucional (Faculdade Metropolitana - SP). Psicóloga Clínica CRP12/18278. E-mail: brigida.nogueira.ferreira@gmail.com.

Jenifer Bianca Sombrio Barros. Monitora Colégio Bonja. Psicóloga (Univille). Graduada em Educação Inovadora. E-mail: jeniifer.bianca@gmail.com

Rubia Gabriela Pedroso. Psicóloga (Univille), pós-graduanda em Intervenção Aba para Autismo e Deficiência Intelectual (CBI of Miami). E-mail: rubiapedroso@gmail.com.

Yahana Silva Barros. Psicóloga (Univille), pós-graduanda em Psicologia organizacional. E-mail: yahanabarros02@gmail.com

Allan Henrique Gomes. Doutor em Psicologia (PPGP/UFSC). Professor adjunto na Universidade da Região de Joinville (SC), docente colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação (Univille). E-mail: allanpsi@yahoo.com.br.

Mariana Datria Schulze. Psicóloga (Univille), especialista em Interdisciplinaridade (Univille), mestra em Educação (Univille) e doutora em Educação (UFSC). Professora adjunta da Universidade da Região de Joinville - Univille. Professora colaboradora e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Ielusc. Coordenadora Pedagógica do Ensino Superior da Faculdade Ielusc. E-mail: mariana.schulze@ielusc.br.